Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

É assim mesmo

A vitória de Lula na eleição não muda o fato de o brasileiro desaprovar o governo. Conforme registrado esta semana na pesquisa AtlasIntel, a desaprovação chega a 50,3% e a aprovação ficou em 47,7%. Afinal, muita gente votou para evitar o retorno dos Bolsonaros ao poder e não por considerar o governo Lula uma maravilha. Quem vota para derrotar o outro não costuma aprovar aquele que ajudou a eleger.

O racha em São Paulo

A briga entre o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, e o vice, Ricardo de Mello Araújo, é um sinal de que a direita irá fragmentada para a eleição municipal de 2028. A avaliação de quem conhece o andor da política paulistana é de que não haverá meios de os partidos de centro apoiarem a eleição de Mello Araújo, indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro para compor a chapa de Nunes à reeleição.

Por sua conta e risco

O PL vai tentar ficar com a presidência das comissões mais importantes do Senado, mas os demais partidos não pretendem entregar nada facilmente. A tendência é uma união do centro com a esquerda para angariar espaços.

O caminhar de Alcolumbre

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), já conversou com a maioria dos senadores novatos. A ideia é criar pontes capazes de garantir votos, seja contra Rogério Marinho (PL-RN) ou Tereza Cristina (PP-MS). Tereza, por sua vez, tem praticamente fechado o apoio da bancada feminina na Casa, que não é pequena.

Enquanto os "snipers" não chegam...

É preciso aprovar o que der. Paralelamente ao projeto de ajuste nas contas públicas aprovado, esta semana, no Senado, o PT e aliados preparam uma lista de propostas para tentar votar ainda este ano, antes que os bolsonaristas raiz desembarquem no Senado e na Câmara. A ideia é tentar, inclusive, fazer caminhar a Reforma do Judiciário e, se possível, a politica. E a ideia é não parar por aí. Se depender do PT, sai ainda este ano, por exemplo, o projeto para taxar os investimentos criados para auxiliar o setor da construção civil e o agro, como as LCIs e as LCAs.

A visão deles/ Na bancada do PT, muita gente acredita que o momento de enfrentar a "turma da Faria Lima", que joga com a economia para ganhar dinheiro, é agora: "A Faria Lima é como gafanhoto. Não pensa no país. Só quer saber de pilhar o Estado brasileiro", comentou o deputado Jilmar Tatto (PT-SP), em entrevista esta semana à Rede Vida.



CURTIDAS

E o Flávio, hein?/ As falas de Flávio Bolsonaro à Reuters sobre fraude nas eleições não têm eco sequer no seu partido. A tentativa de tirar legitimidade da reeleição de Lula é considerada pelos próprios integrantes do PL um movimento de desespero para permanecer em evidência. Até aqui, o senador tentou se apresentar como "presidente eleito" e como o "líder da oposição". Não funcionou. Afinal, posição de líder é algo que se conquista e não se autoproclama.

Kayo Magalhaes/Câmara dos Deputados



Por falar em conquista... / A ideia de lançar o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG, **foto**) para presidente da Câmara não é consenso no PL. Um grupo prefere negociar posições importantes no Parlamento.

Eles comemoram/ Ninguém está mais feliz com o fim da eleição do que os motoristas de táxi e de Uber. No período eleitoral, eles não aguentavam mais os passageiros ávidos por tentar virar votos ou saber em quem iriam votar. Agora, a conversa voltou a assuntos mais amenos.

Mais um dia de caos/ Desde os ataques de 11 de setembro de 2001 que os Estados Unidos não tinham a suspensão de todos os voos. Desta vez, é um sinal da saturação do sistema de aviação no país.

PODER

Dos EUA, voto contra ajuste

Defensor do equilíbrio fiscal na campanha, Flávio Bolsonaro se justifica acusando governo de querer cortar na saúde e na educação

» DANANDRA ROCHA

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que está nos Estados Unidos desde 28 de outubro, votou contra o projeto de ajuste fiscal do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, aprovado na quinta-feira. A sessão foi semipresencial, o que permitiu a ele participar remotamente. O texto-base do Projeto de Lei Complementar (PLP) 299/26 recebeu 45 votos favoráveis e 31 contrários, e prevê impacto positivo entre R$ 45,1 bilhões e R$ 56,1 bilhões no resultado primário de 2027.

A decisão de Flávio chama atenção pelo discurso que fez na campanha presidencial, quando apresentou o equilíbrio das contas públicas como uma das prioridades de um eventual governo. O senador defendia um "tesouraço", com a promessa de reduzir despesas da máquina pública, diminuir o número de ministérios, cortar a burocracia e promover a redução de impostos. Ao ser sabatinado pelo Jornal Nacional, antes do primeiro turno, afirmou: "Vou reduzir a quantidade de ministérios, vou cortar burocracia. Vou fazer tesouraço nos impostos".

Após a votação contra o pacote de Lula, Flávio foi às redes sociais se justificar. Conforme disse, o projeto do governo atingiria áreas essenciais, como saúde e educação. "Votei contra cortes na saúde e na educação para dar a oportunidade ao atual governo de cumprir com suas promessas de campanha", escreveu. E diferenciou a proposta que apresentou na campanha da iniciativa do Palácio do Planalto: "Meu 'tesouraço' é corte nos impostos, na burocracia e na corrupção. O deles é na saúde e na educação".

O pacote do governo, porém, não mexe com os recursos da educação. Em relação à saúde, o projeto determina que, até 2030, as receitas extraordinárias obtidas com o Imposto de Exportação de petróleo deixem de entrar na base de cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL), usada para definir o gasto mínimo obrigatório com o setor. Segundo estimativas divulgadas na tramitação do PL, essa mudança reduz em cerca de R$ 10 bilhões a obrigatoriedade de despesas mínimas no setor — funcionando como um freio na expansão automática das verbas, embora não reduza o orçamento já existente.

Flávio acompanhou a orientação da liderança do PL, contrária ao projeto. O texto aprovado pelo Senado reúne mecanismos de contenção de despesas e revisão de benefícios tributários, além de novas restrições a compensações de impostos. Entre as medidas está a possibilidade de ampliar o bloqueio de recursos do Orçamento e limitar o crescimento real das despesas a 2%, em vez dos atuais 2,5%, nos anos em que forem adotadas medidas adicionais de contenção fiscal.

O **Correio** entrou em contato com o gabinete do senador para obter esclarecimentos sobre o funcionamento atual do mandato, a participação dele nas atividades legislativas e o acompanhamento das matérias em tramitação durante a permanência nos EUA. Mas, até o fechamento desta edição, não houve resposta.

A tramitação do ajuste fiscal ainda não foi concluída no Senado. Quatro destaques apresentados ao texto-base ficaram pendentes e devem ser analisados na próxima terça-feira. Depois dessa etapa, a proposta segue para a Câmara dos Deputados.

Entrevista

A permanência nos EUA foi tema de entrevista concedida por Flávio à agência Reuters, publicada ontem. Em Washington, o senador rejeitou as críticas por ter saído do Brasil por meio de um complexo esquema logístico, após a derrota eleitoral, e classificou como pejorativa a associação à condição de fugitivo. "Essa é uma maneira de tentar me atacar. Estou convencido de que precisava estar aqui", justificou.

Na conversa, Flávio fez uma previsão negativa sobre a economia brasileira e afirmou que os problemas financeiros podem abreviar o quarto mandato de Lula. E disse estar preparado para disputar novamente a Presidência.

Dark Horse: PF mira assessor de Frias

A Polícia Federal (PF) deflagrou, ontem, a segunda fase da Operação Make Up, que investiga suspeitas de desvio de recursos públicos de emendas parlamentares que podem ter sido direcionados ao financiamento do filme *Dark Horse*, cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro. Em Brasília, os agentes cumpriram mandado de busca e apreensão contra Raphael Augusto Azevedo, ex-chefe de gabinete do deputado federal Mario Frias (PL-SP). As incursões foram autorizadas pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Raphael também havia sido alvo da primeira fase da operação, em setembro, mas não foi localizado pelos policiais. A investigação apura a possível participação de agentes públicos e privados em um esquema de direcionamento de recursos recebidos por entidades para empresas subcontratadas, sem comprovação da efetiva prestação dos serviços. Segundo a PF, levantamentos financeiros identificaram movimentações de centenas de milhões de reais entre empresas investigadas.

Emendas

O caso envolve recursos destinados por Frias ao Instituto Conhecer Brasil (ICB), presidido por Karina Ferreira da Gama, também ligada à Go Up Entertainment, produtora responsável por *Dark Horse*. Uma das frentes da apuração envolve uma emenda de R$ 2 milhões destinada ao ICB. A suspeita é de que os valores tenham sido desviados da finalidade original. O deputado e a empresária foram alvos de buscas na primeira etapa da operação.

A investigação também apura possíveis crimes de peculato, falsidade documental, lavagem de dinheiro, organização criminosa e irregularidades em licitações e contratos públicos.

A Polícia Civil de São Paulo já havia realizado uma operação contra a produtora do filme, em junho, para investigar suspeitas de fraudes e desvios de recursos públicos. Os dados obtidos naquela ação foram compartilhados com o STF por determinação de Dino.

Raphael negou envolvimento com irregularidades e afirmou que deixou o gabinete de Frias em fevereiro de 2024, antes do pagamento das emendas investigadas. Disse também que nunca negociou a destinação de recursos parlamentares.

Frias, que também é produtor executivo de *Dark Horse*, nega irregularidades e sustenta que os recursos destinados ao ICB tiveram finalidade social. Karina, por sua vez, afirmou que o dinheiro recebido pelo instituto foi aplicado no Projeto Lutando pela Vida, voltado a crianças, adolescentes e idosos. As suspeitas seguem sob investigação, sem conclusão sobre eventual utilização de recursos das emendas na produção do filme.

"*Dark Horse* não tem emenda. Não existe emenda para *Dark Horse*, nenhuma emenda. Nunca foi feito projeto público para o *Dark Horse*, nunca foi", afirmou ela. **(DR)**

Kayo Magalhaes/Câmara dos Deputados



Assessor de Frias foi alvo da nova operação da PF. Deputado é produtor da cinebiografia sobre Bolsonaro